

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Governo desiste de acabar com subsídio ao diesel	2
Título: ‘Não será ideal, mas um meio termo que vai funcionar bem’	4
Título: Como acabar com o vermelho	7
Título: Indústria pede reformas e garantia de benefícios	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Com Bolsonaro, MDB, DEM e alas de militares disputam setor de energia.....	10
Título: Maior leilão privado de crédito de carbono pode ser o último antes de nova política	12
Título: Moreira Franco afirma que modelo de hidrelétricas está encerrado no país	15
Título: Estatais representam rombo de R\$ 9,3 bi aos cofres públicos	17
Título: O assunto é meio ambiente	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Decisão polêmica do TST	21
Título: Núcleo militar quer metade dos cargos na transição	23
Título: Poluição mata 633 crianças por ano	25
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	27
Título: Gasolina tem ligeira queda	27
Título: Miguel Setas: O caminho das reformas é inevitável.....	28
VEÍCULO: Valor Econômico.....	32
Título: BNDES devolverá ao Tesouro R\$ 103 bi nos próximos 4 anos	33
Título: Setor elétrico defende mais nomes técnicos no governo Bolsonaro	36
Título: Preço do diesel nas refinarias cai até 10,4% e governo avalia cortar auxílio	38

Título: Eleito avalia 'vale-gás' em lugar de subsídio.....	40
Título: Privatizações no governo Bolsonaro podem gerar até R\$ 170 bi, diz S&P.....	41
Título: Nexa aguarda licença para iniciar projeto Aripuanã.....	42
Título: Bônus da Eletrobras sobe após 2º turno	44

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/10/2018

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA

Título: Governo desiste de acabar com subsídio ao diesel

Diante da ameaça de nova paralisação dos caminhoneiros, União abandona proposta de encerrar antes do fim do ano programa de subvenção ao combustível. Categoria fez protesto ontem em Goiás por tabelamento de frete

BRASÍLIA- Diante da ameaça de uma nova greve dos caminhoneiros, o governo recuou da ideia de acabar antecipadamente com o subsídio ao preço do diesel. O programa termina em 31 de dezembro. Segundo técnicos da área econômica, havia previsão de publicar um decreto com regras de transição para o fim do

benefício. A ideia era criar uma espécie de "escadinha", em que o valor desse subsídio (hoje de até R\$ 0,30 por litro) cairia aos poucos até zerar.

O texto havia sido fechado pelos ministérios de Minas e Energia e da Fazenda, mas a Casa Civil foi procurada por representantes dos caminhoneiros, que ameaçaram retomar as paralisações ocorridas em maio e que provocaram uma grave crise de desabastecimento no país. Por isso, o assunto agora será discutido com a equipe de transição.

Dessa forma, caberá ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, decidir se espera o fim do programa e se colocará algo no lugar depois que o prazo se encerrar. O subsídio foi uma das medidas adotadas para acabar com a greve dos caminhoneiros.

DÓLAR E PETRÓLEO EM BAIXA

A equipe econômica do atual governo avalia que é possível acabar com o subsídio antes do prazo porque o dólar e a cotação internacional do petróleo, duas variáveis que influenciam o preço, estão caindo. Além disso, há preocupação de que o preço do diesel dê um salto na virada do ano com o fim imediato do programa.

No entanto, ao tomar conhecimento dos planos do governo, líderes dos caminhoneiros começaram a se movimentar, já no fim de semana. O presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí-RS, Carlos Alberto Dahmer, disse que a categoria poderá realizar uma nova greve se o

presidente Michel Temer não honrar o acordo:

— Não podemos aceitar que o governo, no apagar das luzes, rompa o acordo e acabe com o subsídio antes do prazo. Quem garante que o preço do barril não estoure na segunda quinzena de novembro?

Com a queda do dólar e da cotação do petróleo, o valor desembolsado pelo Tesouro Nacional para ressarcir as empresas tem ficado abaixo dos R\$ 0,30 por litro. O valor de referência é definido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) mensalmente. Para custear o programa, o governo reservou R\$ 9,5 bilhões do Orçamento da União deste ano. Do total, R\$ 2 bilhões já foram pagos, e R\$ 1,5 bilhão está empenhado.

Ontem, a Petrobras reduziu o preço do diesel nas refinarias em 10,1%. A medida entra em vigor hoje.

Outra medida do pacote do governo para acabar com a greve dos caminhoneiros, o tabelamento do transporte rodoviário de cargas, ainda não está sendo cumprida. Ontem, a categoria fez protestos em Goiás, com ações de fiscalização por conta própria nos pontos de embarque, para cobrar das empresas que estejam pagando valor inferior ao piso.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pela fiscalização, ainda não aprovou uma regra definitiva que permita autuar e multar as empresas infratoras. A resolução é aguardada para o início de novembro.

O tabelamento do frete elevou os custos para o setor produtivo, que pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) um posicionamento sobre a constitucionalidade da medida, alegando interferência do Estado no mercado e na livre iniciativa. A Corte tentou encontrar um consenso entre empresários e caminhoneiros. Sem sucesso, adiou a decisão para depois das eleições.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: 'Não será ideal, mas um meio termo que vai funcionar bem'

ENTREVISTA : Guilherme Aché / gestor Sócio da Squadra, que administra R\$ 7,5 bi em investimentos, ancora seu otimismo com futuro governo Bolsonaro em Paulo Guedes

Guilherme Aché, diretor e sócio fundador da gestora carioca Squadra, trabalhou 17 anos ao lado do economista Paulo Guedes no banco Pactual e na gestora JGP e acredita que o assessor econômico de Jair Bolsonaro conseguirá avançar com uma agenda de redução do Estado, ainda que não consiga pôr em prática todo o liberalismo que professa.

Para Aché, o resultado não será o ideal, mas "um meio termo que vai funcionar bem". Gestor de cerca de R\$ 7,5 bilhões em investimentos, ele explica ao GLOBO, em entrevista dada às vésperas do segundo turno, por que as contradições de Bolsonaro não abalam o otimismo que o tem levado a aumentar a aposta em papéis de estatais, por exemplo. As dúvidas que ainda

pairam sobre o futuro presidente são, para ele, uma oportunidade de ganhar dinheiro.

Que tendência o senhor espera no mercado após as eleições?

O mercado está em uma tendência primária de alta há dois anos, quando começou-se a perceber que Dilma Rousseff sofreria impeachment. Na minha visão, ela vai durar muitos anos ainda. Vivemos uma onda de reformas e medidas pró-negócios, que começou com (Michel) Temer e que deve continuar.

Isso parte da percepção correta de que o Estado está quebrado em todos os níveis e que, para crescer, será preciso atrair capital privado. Posso mudar de opinião, mas acredito que um governo Bolsonaro seguiria essa tendência. Até arriscaria dizer que vai tentar acelerá-la.

E quanto à crítica sobre lacunas nas propostas de Bolsonaro?

Chama minha atenção o fato de formadores de opinião estarem 100% negativos com relação a um governo Bolsonaro. Se não são todos, 99%. Taticamente falando, é uma indicação muito positiva para o mercado seguir se valorizando. Seria preocupante se todo mundo estivesse otimista, porque os preços já estariam refletindo isso e, na margem, não haveria compradores.

Porque há a combinação de três coisas poderosas: a tendência primária de que falei; o fato de os juros no Brasil tenderem a permanecer baixos para sua média histórica; e o fato de as pessoas estarem preocupadas. A alocação em investimentos de risco no Brasil é extremamente baixa. Ter muita gente preocupada é um sinal fantástico. Isso mostra que tem muito potencial comprador.

Mas a alta da Bolsa e a queda do dólar não mostram que agentes de mercado estão otimistas?

Os gestores estão ficando otimistas porque os ativos estão tendo alguma reação, mas os donos do dinheiro de verdade, que são as pessoas físicas e os grandes investidores institucionais e estrangeiros, não estão alocados em ativos de risco aqui no Brasil. Isso por causa do ambiente de incerteza.

Conforme a gente comece a clarear o ambiente, em um processo que pode ser acelerado por Bolsonaro, as pessoas ficarão mais confortáveis. Com os juros baixos, naturalmente haverá aumento no investimento em ativos de risco.

Essa reticência não se deve a certa falta de clareza da agenda de Bolsonaro?

Eu acho que ela está claríssima. Se você pega a história do Paulo Guedes, está claro o que ele quer. As pessoas confundem clareza com posicionamento tático eleitoral de não divulgar (detalhes). Mas está claríssimo. Vai na direção de um Estado menor, buscando mais eficiência.

Bolsonaro e Guedes podem entrar em conflito?

Acho que podem, mas, ao mesmo tempo, Paulo sabe que não vai conseguir o valor de face que quer. Ele não é uma pessoa inexperiente. E me chamou a atenção que, quando perguntado no (programa de TV) Roda Viva, Bolsonaro disse, depois de pressionado, que gostaria que o país fosse visto como mais liberal ao fim do seu governo.

Para mim foi simbólico. O Paulo certamente é muito mais radical em relação ao liberalismo econômico que o Bolsonaro. Não vai conseguir implementar tudo o que sonha, mas acho que tem um meio termo que vai funcionar bem.

Seria suficiente?

Infelizmente, não vai ser o ideal, mas é suficiente para reviver o espírito animal do mercado (ânimo de investir).

Paulo Guedes vai ficar até o fim do governo?

Foi-lhe dada uma missão, que é ajudar a tocar essa agenda pró-negócios de que o Brasil precisa e que encantou Bolsonaro. Acho muito importante que ele crie uma equipe forte. Nos meus 17 anos com o Paulo, nunca vi ele errar uma previsão de médio, longo prazos. Ele acerta todas, é incrível. Ele é o cara que acertou essa eleição. Mas é importante que ele tenha a seu lado pessoas para tocar o dia a dia.

Bolsonaro já declarou ser contrário à venda da Eletrobras. Isso representa um risco?

É claro que tem risco. Mas tenho a impressão de que, na hora em que Bolsonaro perceber que é muito melhor para o Brasil que a Eletrobras seja privatizada, numa conversa objetiva com a equipe econômica, a tendência é que ele se convença. Até porque o governo pode manter uma golden share (ação que dá direito de veto). Em relação à Petrobras, ele questionou a política de preços e como isso afeta a rentabilidade da empresa. De novo, acho que uma conversa educativa sobre por que os preços devem ter correlação com o mercado será importante.

O senhor mantém contato com investidores estrangeiros. Qual é a percepção deles?

A mídia estrangeira tem uma análise mal feita do Bolsonaro, de que ele é o futuro Hugo Chávez (ex-presidente da Venezuela), o futuro Recep Erdogan (presidente da Turquia), o futuro Vladimir Putin (presidente da Rússia). Não dá para dizer que esse cenário é muito provável. Mas, este ano, nossa captação tem vindo basicamente de investidor estrangeiro. O investidor local ainda está morrendo de medo. Já nossos investidores estrangeiros são de longuíssimo prazo, como fundos de pensão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/10/2018

Seção: Economia

Autor: Miriam Leitão

Título: Como acabar com o vermelho

O governo Jair Bolsonaro vai assumir tendo que enfrentar um vermelho forte nas contas públicas, o ajuste que precisa ser feito é de quatro pontos do PIB ou R\$ 300 bilhões. O espaço para corte de gastos existe, mas é pequeno. Haverá uma boa notícia, de certa forma, a atual administração deve terminar o ano com um déficit de R\$ 120 bilhões, que é R\$ 40 bilhões menor do que está previsto no Orçamento. Se a nova equipe quiser dar um sinal bom e realista poderia se comprometer em levar para R\$ 100 bilhões. Mas o programa prometeu acabar com o vermelho em um ano. Isso é mais difícil.

A análise detalhada das armas para vencer o vermelho, que se espalhou nas contas públicas a partir de 2014, mostra um caminho penoso. Nada mudará de cor apenas porque o governo será outro.

O economista Paulo Guedes falou durante a campanha que havia mais dinheiro do que se imagina em alguns lugares e deu exemplos.

Um deles é a privatização, mas agora as empresas que poderiam dar bons ganhos saíram da lista. O Orçamento do ano que vem prevê R\$ 12 bilhões de receita com a venda das ações da Eletrobras, mas até isso o presidente eleito Jair Bolsonaro já disse que não fará. Bolsonaro fará o oposto do que quer: aumentará o vermelho, que já é bem tinto. Assim, se não vender a estatal, terá que cortar em outras despesas bem no começo do ano.

Outra ideia que o economista Paulo Guedes chegou a mencionar como arma contra o vermelho não vai funcionar: a devolução de parte do dinheiro que foi

transferido para o BNDES. A devolução está sendo feita, isso é bom e uma parte virá no ano que vem. O problema é que o dinheiro só pode ser usado para abatimento da dívida. Isso ajuda indiretamente, e tem que ser mesmo a meta, mas não é arma para reduzir o vermelho no Orçamento.

Há uma grande expectativa em torno do leilão do excedente da cessão onerosa. Um mega leilão de 9 bilhões de barris. Coisa grande mesmo, que pode arrecadar R\$ 100 bilhões. Porém — e os recém-chegados vão logo descobrir que há muitos poréns na luta contra os vermelhos — o TCU pode decidir que o leilão não seja feito na forma de concessão.

O TCU tem entendido que qualquer área próxima de um campo que já foi licitado pelo regime de partilha tem que ser pelo mesmo regime. Pode parecer meio extra-terreno esse argumento, mas foi assim no campo de Saturno. Sendo por partilha, reduz muito o ganho inicial. Qualquer que seja o regime, esse tipo de receita, extraordinária, na melhor das hipóteses vence o vermelho temporariamente. Para realmente atacar o vermelho será preciso fazer reformas mais permanentes.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse ontem, nas suas diversas entrevistas, que tentará aprovar este ano a reforma da Previdência. Mas em parte. Não disse qual. O futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, é contra quase todas as partes da atual reforma. De qualquer maneira, se fosse aprovada este ano na Câmara teria que ir ao Senado. E se tudo for aprovado terá pouco ganho de curto prazo. Mas, de fato, a reforma da Previdência é uma grande arma contra o vermelho de longo prazo.

Outra ideia que foi pensada no QG do novo presidente é a de reduzir o abono salarial para os que ganham um salário mínimo. Isso pode reduzir o gasto em R\$ 20 bilhões por ano, mas se for aprovado no ano que vem só valerá em 2020 porque o que é pago num ano é o devido do ano anterior. Ou seja, o de 2019 já está garantido.

E cortar despesas pura e simples? Tesoura afiada nos gastos? Bom, o total do que o governo pode mexer é um percentual cada vez menor, como se sabe. O resto é despesa obrigatória. Tem uma ideia que fez muito sucesso na campanha eleitoral em todos os programas: acabar, ou diminuir, as renúncias tributárias. É difícil e dá muita dor de cabeça. Temer tentou acabar com o subsídio ao IPI de xarope de refrigerantes na Zona Franca de Manaus, que custa R\$ 1,6 bilhão. Cortou e teve que recuar. Vai cair, mas mais devagar. O maior custo nessa lista é o Simples. Bolsonaro comprará essa briga?

Acabar como vermelho — das contas públicas — é importante e beneficiaria o país. Mas é preciso um plano inteligente, uma estratégia de longo prazo, e

operações táticas para desarmar as bombas fiscais que vão sendo armadas pelo fogo amigo no Congresso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/10/2018

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO

Título: Indústria pede reformas e garantia de benefícios

Entidades do setor reivindicam mudanças ao presidente eleito para estimular a economia

SÃO PAULO- A indústria quer que o governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, acelere a implementação das reformas essenciais para a retomada do crescimento e garanta benefícios específicos para os setores.

A lista de benefícios inclui, por exemplo, a adoção de uma política de preços livres para a área de medicamentos, que incentive o investimento em inovação.

O setor químico defende o fim dos subsídios do setor energético, que encarecem o preço final tanto para as empresas quanto para o consumidor. A expectativa é que o presidente eleito e sua equipe agendem conversas com os diferentes setores industriais a partir de novembro.

— Atualmente, 40% dos custos da energia são tributos. É preciso acabar com esses subsídios, porque isso tira competitividade — disse Fernando Figueiredo, presidente-executivo da Abiquim, entidade que representa a indústria química.

IMPACTO DO MERCOSUL

Dez entidades do setor farmacêutico assinaram documento alertando o novo presidente que a saúde é um dos maiores e mais urgentes desafios e que é preciso ter mais recursos para pesquisas, carga tributária menor e mais agilidade em órgãos reguladores, como a Anvisa e o INPI, responsável pela aprovação de patentes.

Já o setor têxtil defende a internacionalização através de acordos internacionais. Para Fernando Pimentel, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), essa é uma ação de governo importante para a abertura de mercados.

Ele defende uma revitalização do Mercosul, que absorve boa parte da produção têxtil brasileira.

— O Mercosul é prioritário, mas precisa ser revitalizado. É o nosso principal mercado. Novos acordos, como o negociado entre Brasil e Chile, podem servir de parâmetro para o Merco-sul — disse Pimentel.

Para isso, ele sugere uma agenda de competitividade que beneficie diversos setores. Segundo Pimentel, o chamado custo Brasil tira, atualmente, R\$ 64 bilhões do faturamento das empresas.

No domingo, Paulo Guedes, futuro ministro da Fazenda, disse que o Mercosul não será prioridade no novo governo. Ele prometeu fazer comércio com todo o mundo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Com Bolsonaro, MDB, DEM e alas de militares disputam setor de energia

Área que movimenta bilhões e sempre serviu de moeda política é estratégica para novo governo

São Paulo- O mercado de energia vive momentos de dúvida e disputa sobre qual será a abordagem dada pelo governo Jair Bolsonaro (PSL), eleito neste domingo (28), para o setor, que inclui eletricidade, óleo, gás e mineração.

Além da divisão entre técnicos, representados pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e os militares, que veem a energia como um setor estratégico e de interesse nacional, há rachas mesmo dentro desses grupos.

Há décadas, na partilha de poder político em cargos executivos e de estatais de energia, o MDB é o partido com maior influência. Analistas ligados ao setor privado afirmam que o Centrão também reivindica posições na área.

Nessa linha, foram sugeridos nomes como os deputados Leonardo Quintão (MDB-MG) e José Carlos Aleluia (DEM-BA), segundo uma pessoa que acompanha as negociações.

Quintão foi um dos principais opositores à privatização de Furnas, subsidiária da Eletrobras. Já Aleluia é relator de um projeto de lei que defende a desestatização da elétrica e tem defendido pautas do setor.

Nenhum dos dois conseguiu se reeleger na Câmara.

Para um analista do setor, a ascensão de um ministro com esse perfil representaria uma continuidade em relação à atual gestão de Moreira Franco (MDB-RJ), que tem tomado decisões polêmicas entre o setor e de viés mais político do que técnico.

Um segundo grupo defende uma escolha mais menos política para o cargo, comum nome de força no mercado. Entre os candidatos sugeridos estão os do ex-ministro de Minas e energia Fernando Coelho Filho (DEM-PE), que é bastante elogiado pelos empresários e executivos do setor por ter montado uma equipe técnica durante a maior parte do governo Temer, ou mesmo um nome mais liberal — uma das sugestões é Eduardo Guardia, atual ministro da Fazenda.

O nome de Luciano de Castro, professor da Universidade de Iowa (EUA) convocado pelo economista Paulo Guedes para cuidar da área de energia durante a campanha eleitoral, é visto com simpatia por seu perfil liberal, mas analistas avaliam que ele não tem força política para assumir o comando da pasta.

Além desses dois grupos, há ainda a dúvida se Bolsonaro optará por manter a área de energia sob o comando de um militar. Neste caso, há também duas alas: um segmento que é mais liberal e outro, mais estatizante.

Ainda não está claro nem mesmo se o ministério de Minas e energia será integrado à pasta de Transportes, como foi proposto pela equipe de Bolsonaro durante a campanha.

Caso essa junção se concretize, a perspectiva é que os militares tenham mais poder sobre o setor. A expectativa é que o Ministério de Minas e energia mantenha sua autonomia, mas ainda há dúvidas sobre a influência dos militares no governo do PSL.

A desconfiança ficou maior principalmente após declarações de Bolsonaro, que durante a campanha se posicionou contra a privatização total da Eletrobras e da Petrobras.

Para Nelson Leite, presidente da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de energia Elétrica), mais importante do que o ministro de energia será o segundo escalão, de secretários.

A escolha do chefe da pasta deve priorizar alguém com perfil articulador e comprometimento com a nomeação de uma equipe técnica, diz ele. A discussão, porém, ainda é incipiente, e os nomes não passam de especulação, ressalta um analista.

Para ele, independentemente do perfil, há uma expectativa de que a atração de investidores privados deve continuar. A maior dúvida seria em relação à geração elétrica, considerada estratégica pela ala militar.

O mercado de energia tem sido um dos mais aquecidos nos últimos dois anos: enquanto projetos de infraestrutura tiverem forte desaceleração, os setores de óleo, gás e eletricidade atraíram bilhões em leilões, aquisições e investimentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/10/2018

Seção: Mercado Aberto

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Maior leilão privado de crédito de carbono pode ser o último antes de nova política

A Baesa, do grupo CPFL, fará o maior leilão privado de créditos de carbono do Brasil e, se o resultado for insatisfatório, poderá ser o último que a empresa promove.

O grupo disponibilizará cerca de 500 mil unidades de certificados ao preço inicial de US\$ 1 (R\$ 3,70, na cotação atual).

Créditos são obtidos quando um empreendimento faz com que se emita menos carbono — no caso, uma hidrelétrica no Rio Grande do Sul.

"O leilão é uma prospecção, para sabermos quais são as avaliações dos interessados e determinarmos se haverá possibilidade de continuarmos com as certificações", diz Peter Eric Volf, diretor-executivo da empresa.

Compras e vendas já foram mais intensas — o último leilão da B3 foi em 2012 —, mas ele diz que houve sinalizações de que o interesse pode ter aumentado no último ano.

Não há lei que obrigue as empresas a neutralizarem suas emissões. Os compradores querem zerar a poluição para dar satisfações aos "stakeholders"

(interessados na companhia), diz Magno Castelo Branco, professor do Mackenzie.

"O Brasil não tem meta de redução, o mercado aqui não responde a um comando."

Há sinais de que a demanda pode aumentar, segundo Guarany Osório, coordenador de políticas ambientais da FGV.

Dentro do Ministério da Fazenda, um projeto avalia se as políticas brasileiras são eficazes e quais seriam instrumentos para precificar o carbono.

"O grupo estuda a forma mais barata para reduzir as emissões", afirma Osório.

Empresários querem reformas até antes de governo Bolsonaro

A prioridade número um de Jair Bolsonaro (PSL) na Presidência da República deverá ser aprovar a reforma da Previdência, segundo executivos do setor privado consultados pela coluna.

"O próximo presidente até oferece a possibilidade de que isso seja feito ainda neste ano, o que seria benéfico", diz José Galló, diretor-executivo da Renner.

"De qualquer modo, teríamos um bom ano em 2019 independentemente de quem fosse eleito", afirma.

"Sou cauteloso porque o presidente precisa do Legislativo para fazer mudanças. Por outro lado, é no primeiro ano que o governante tem o apoio para aprovar as reformas", diz Daniel Randon, sócio das empresas Randon.

"A Previdência deveria ser o primeiro ponto, porque já foi tema debatido pelo Congresso atual, está quente. Esta seria a hora de aprovar o assunto", afirma ele.

"A expectativa é que tenhamos um ambiente econômico com menos burocracia, um modelo tributário mais simples e regras estáveis", afirma Ricardo Knoepfelmacher, sócio da RK Partners.

"O governo começa com perspectivas positivas. Se aprovar a nova Previdência, pode liberar orçamento para fazer investimentos em infraestrutura junto à iniciativa privada", diz Rogério Tavares, diretor da Aegea.

SEMPRE EM MENTE

A 28ª edição da Folha Top of Mind anunciará nesta terça (30) as marcas que estão na cabeça dos brasileiros.

O Datafolha pesquisou, em todo território nacional, quais os nomes mais lembrados em 61 categorias de produtos e serviços.

A premiação, exclusiva para convidados, deverá receber cerca de mil representantes de empresas. O leitor poderá acompanhar o evento a partir das 22h no site folha.com/top-ofmind.

Os resultados serão publicados na maior revista de circulação nacional já feita pela Folha, que, neste ano, vai trazer o número recorde de 194 páginas e circulará gratuitamente nesta quarta (31) junto com o jornal.

Fabricante de carretas vai investir R\$100 milhões em 2019

A fabricante de implementos rodoviários — como carretas e engates — Facchini vai investir ao menos R\$ 100 milhões no próximo ano.

"Reabriremos uma fábrica em Aparecida do Taboado (MS), desativada desde a crise, e vamos inaugurar uma em Rondonópolis (MT), prevista antes da recessão, mas que foi adiada", diz o diretor comercial Leonaro Facchini.

Os aportes visam aumentar a capacidade, em especial dos produtos voltados para o mercado agrícola. A maior parte do recurso será destinada à compra de máquinas já no primeiro trimestre.

"A safra deste ano tem aquecido o mercado nesse segmento. Além disso, muitas empresas passaram a verticalizar o seu transporte após o tabelamento do frete", afirma Facchini.

A marca estima dobrar sua receita neste ano e chegar ao patamar de faturamento registrado em 2013.

diesel

O TCU iniciou auditoria de acompanhamento para avaliar as ações do governo para regular preços dos combustíveis. Os auditores vão analisar também a concessão de subsídios ao setor.

imagem

Ainda há danos à imagem da carne brasileira no exterior, e reabilitá-la nos países consumidores deveria ser prioridade do governo Bolsonaro, diz Mário Lanznaster, presidente da Aurora.

ULTIMO DA FILA

O Rio de Janeiro é praticamente o único grande município do país em que o setor hoteleiro ainda não dá sinais de recuperação dos preços, segundo o Fohb, que reúne grandes redes.

As diárias subiram 1,4% na média nacional no acumulado até o terceiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2017. Na capital fluminense houve queda de 6,8% — só em setembro, a retração foi de 14,9%.

"Em outras cidades que estavam ruins, como Campinas (SP), [os valores] já pararam de cair", afirma Orlando de Souza, presidente-executivo da entidade.

"No Rio a taxa de vacância dos hotéis até começou a melhorar, mas a performance dos estabelecimentos ainda está muito comprometida."

A ocupação no mercado carioca chegou a 55% em setembro, mas ainda está abaixo de 60%, nível considerado minimamente saudável, segundo Souza.

com Felipe Gutierrez (interino), Igor Utsumi e Ivan Martínez-Vargas

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Moreira Franco afirma que modelo de hidrelétricas está encerrado no país

São Paulo- O ministro de Minas e energia, Moreira Franco (MDB-RJ), afirmou, nesta segunda (29), que o modelo calcado nas usinas hidrelétricas está encerrado no país.

A retomada da construção de hidrelétricas, até mesmo na região da Amazônia, é uma das principais pautas da equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), para o setor elétrico.

As usinas são a principal fonte na matriz elétrica brasileira, mas, nos últimos anos, têm dado lugar a outras formas de geração.

"A fonte hídrica não dá mais a segurança que deu no passado. Ela é tão dependente da natureza como outras fontes, que o setor hídrico acha que são menores, porque dependem da natureza", disse o ministro, em um evento do setor de açúcar e etanol, em São Paulo.

"Os geradores hídricos não se olham no espelho e veem que também já dependem da natureza", afirmou.

Um dos maiores entraves à construção de novas hidrelétricas é seu forte impacto social e ambiental. Além disso, as fortes secas que têm afetado o país reduziram a capacidade de geração das usinas.

No entanto, muitos técnicos defendem as hidrelétricas, que são renováveis e podem ter um impacto ao ambiente menor que usinas térmicas.

Moreira Franco ainda defendeu, mesmo sem fazer referência direta, os leilões regionais de usinas térmicas a gás natural, proposto por meio de consulta pública pelo ministério na semana passada.

O modelo é extremamente controverso dentro dos próprios órgãos do setor elétrico, como mostrou a Folha.

Críticos afirmam que a consulta pública do governo visa viabilizar um leilão no Nordeste, defendido principalmente por políticos e empresários em Pernambuco.

Além disso, há questionamentos à contratação regional das usinas, que limita a concorrência e contraria o sistema interligado nacional — em que a energia não precisa necessariamente ser gerada na região onde é consumida, pois pode ser transportada por meio de linhas de transmissão.

Esse modelo, existente há décadas no país e defendido por diversos especialistas, foi criticado pelo emedebista.

"Temos um país extremamente diverso, e essa diversidade é incompatível com o sistema nacional, único, como se as regiões fossem iguais. Uma fonte que pode oferecer energia barata em determinada região é impedida de oferecer energia barata porque é preciso que essa contribuição [a energia gerada] entre no sistema, que impõe desvios desnecessários e prejudiciais à família brasileira", afirmou, em seu discurso.

Moreira Franco também disse que é preciso diversificar a matriz, não apenas com energia limpa, mas também para garantir a segurança elétrica. Para defensores do leilão, as usinas térmicas movidas a gás natural são uma fonte que traz estabilidade, pois podem ser despachadas a qualquer momento.

"Se o Brasil não tivesse tido a maior crise econômica de sua história, teríamos tido um apagão", afirmou o ministro.

Outros empresários ligados ao setor de gás natural buscaram apresentar propostas a Bolsonaro, ainda durante a campanha.

Na semana passada, o então presidenciável recebeu uma equipe de técnicos do setor, que incluía o presidente da Abegás (Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás), Augusto Salomon, e consultores que defendem o modelo de térmicas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Maeli Prado

Título: Estatais representam rombo de R\$ 9,3 bi aos cofres públicos

Brasília- No ano passado, os gastos da União com empresas estatais superaram as receitas em R\$ 9,3 bilhões, mostram dados divulgados nesta segunda-feira (29) pelo Tesouro Nacional.

De acordo com o Boletim das Participações Societárias da União de 2017, a arrecadação de dividendos e juros sobre capital próprio da União somou R\$ 5,5 bilhões no ano passado, uma melhoria em relação ao quadro de 2016, quando essas receitas foram de R\$ 2,8 bilhões.

As subvenções do Tesouro, por outro lado, para manter as estatais federais (ou seja, os repasses feitos para o pagamento de despesas de pessoal, investimentos ou custeio dessas empresas) somaram R\$ 14,8 bilhões em 2017.

"Desde 2012, essa relação [entre receitas e despesas] sempre ficou negativa, com exceção de 2014. Ou seja, os custos das estatais superaram as receitas em todos os anos de 2012 a 2017, com exceção de 2014", afirma o boletim.

A privatização de estatais como forma de reduzir o rombo das contas públicas é uma das medidas defendidas pelo economista Paulo Guedes, conselheiro do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Na avaliação da atual equipe econômica, entretanto, a venda de estatais leva tempo e não resolve o problema no longo prazo.

No boletim divulgado nesta segunda, o Tesouro lembrou que tanto os repasses feitos às estatais quanto as receitas com dividendos estão em crescimento.

Em 2012, lembra o texto, as subvenções custaram R\$ 6,5 bilhões. "O crescimento das subvenções ao longo do tempo supera a inflação do período", afirma o boletim divulgado pelo órgão.

Para 2018, a expectativa é que a arrecadação com dividendos e juros sobre capital próprio chegue a R\$ 7,1 bilhões, confirmando a tendência de alta também pelo lado da receita com as estatais.

"A receita com dividendos respondeu por 0,40% do resultado primário do Tesouro Nacional no ano passado; em 2012, essa proporção havia ficado em 2,62%", afirma o texto.

O boletim lembrou que o grau de dependência das estatais dos recursos da União é elevado.

"Ao todo, para 14 empresas, as subvenções do governo respondem por mais de 80% de sua receita total. Para quatro delas, as subvenções somam 100% de sua receita", afirma o levantamento.

De acordo com o boletim, realizado pelo segundo ano consecutivo, a situação do Tesouro Nacional exige a redução dessa dependência.

"Os benefícios sociais devem ser mais bem quantificados e explicitados para possível avaliação da melhor forma de intervenção do setor público", diz o documento.

No final de 2017, o governo federal tinha participação em 148 estatais controladas direta e indiretamente. São 47 empresas de controle direto, número igual ao do fim de 2016.

Dentre elas, 20 são sociedades de economia mista, 26 empresas públicas e uma de controle compartilhado. Outras 98 estatais são controladas indiretamente por outras estatais, cinco a menos do que em 2016.

A União tinha também, em dezembro de 2017, 58 participações minoritárias em empresas, além de cotas em sete fundos de natureza especial e em 14 organismos internacionais.

De acordo com o boletim, no ano passado 17% das empresas sob controle direto da União atuavam em energia e outras 17% em portos. Em seguida, aparecem bancos e serviços financeiros, com 13%.

O valor das participações da União nas 47 empresas sob controle direto atingiu R\$ 260,1 bilhões em 2017, 13,3% a mais do que em 2016.

Cinco empresas (Banco do Brasil, BNDES, Caixa, Eletrobras e Petrobras) respondem por 90% do patrimônio líquido das estatais.

"Por outro lado, nove empresas apresentaram PL [patrimônio líquido] negativo — ou seja, possuíam obrigações superiores a bens e direitos. A Infraero deixou esse grupo em 2017 após um aporte de capital", lembrou o boletim.

O texto ainda afirma que tudo indica que há espaço para valorização das ações das estatais, "principalmente diante das medidas de melhoria de governança e sustentabilidade".

O boletim apontou que a Infraero e os Correios estão entre as estatais não dependentes em pior situação.

"A Infraero não registra lucro desde 2012, enquanto os Correios voltaram a ter lucro no ano passado com a reversão de provisões para despesas pós-emprego com plano de saúde após quatro anos consecutivos de prejuízo", afirma o texto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/10/2018

Seção: Tendências/Debates

Autor:

Título: O assunto é meio ambiente

Amazônia: é tempo para uma nova visão :: Thomas Lovejoy

Há que modernizar plano de infraestrutura da região

Doutor em biologia pela Universidade Yale e ex-conselheiro-chefe de biodiversidade no Banco Mundial; professor da Universidade George Mason e pesquisador sênior na Fundação das Nações Unidas

Quase como algo cronometrado, volta à tona a ideia de asfaltar os últimos 300 quilômetros da rodovia de Porto Velho a Manaus, a BR-319 — desta vez por meio de uma possível medida provisória que a isentasse de uma revisão ambiental.

Em vez de implementar à força uma ideia que foi mal pensada desde o início, essa proposta deveria ser aproveitada como uma oportunidade para modernizar os planos de infraestrutura para a Amazônia. Isso possibilitaria uma abordagem sustentável ao desenvolvimento e um futuro melhor não apenas para os habitantes da região amazônica, mas para todos os brasileiros.

Quase todos os planos de infraestrutura amazônica foram traçados meio século atrás; datam do momento em que o Brasil reconheceu, corretamente, que precisava afirmar uma presença maior nessa vasta região. De lá para cá aprendemos muito sobre a Amazônia, e o que aprendemos precisa ser incorporado ao design de uma infraestrutura sustentável.

Em primeiríssimo lugar, graças aos pioneiros pesquisadores brasileiros Eneas Salati, Carlos Nobre e outros, aprendemos sobre o ciclo hidrológico da Amazônia, por meio do qual ela cria metade de sua própria precipitação pluviométrica. Ela também contribui com umidade para a agricultura e em áreas muito ao sul da grande floresta. A conclusão lógica e inescapável é que isso precisa ser administrado como um sistema.

A chave para a proteção do precioso ciclo de umidade é a manutenção de 80% da floresta — e sua ampliação, com a ajuda de algum reflorestamento prudente. É a única maneira de evitar o ponto de inflexão amazônico, agora preocupantemente próximo, que ressecaria as partes sul e oeste da Amazônia. As consequências seriam negativas para a floresta e sua biodiversidade, para a população, para os interesses agrícolas ao sul e para o sistema climático continental.

Agora é hora de perguntar: todas essas rodovias planejadas são realmente necessárias? Poderiam elas em alguns casos ser substituídas pelo transporte fluvial, que tem sido o sistema de transporte tradicional? E, onde uma estrada é um imperativo, ela pode ser projetada de modo sustentável?

Os últimos 300 km da BR-319 não foram asfaltados por um bom motivo: ficam em uma região baixa e úmida, convertendo sua construção e manutenção em um pesadelo. Se existe realmente uma necessidade imperativa da estrada,

então ela deve ser redesenhada como via elevada, como a Imigrantes na região da mata atlântica. Os impactos no solo equivaleriam a 2,5% dos de uma rodovia de design tradicional, e os custos de manutenção seriam dramaticamente mais baixos pelo fato de se tratar de uma estrutura de concreto. A contabilização dos custos totais indicaria que a alternativa elevada seria altamente preferível.

Os projetos de energia hidrelétrica também precisam ser modernizados e retrçados. O fato de o governo federal ter anunciado no último ano que não haverá mais mega-projetos hidrelétricos é encorajador. Mas é preciso mais que isso: um esforço para modernizar todos os planos energéticos para a Amazônia.

Os projetos hidrelétricos não devem bloquear os fluxos de sedimentos dos Andes nem as grandes migrações de peixes, tão importantes para o bem-estar de todos os amazônicos. Deve ser possível redesenhar os projetos hidrelétricos de maneira a produzir energia sem deixar de respeitar a ecologia do grande sistema fluvial (modelo de usinas a fio d'água). Sistemas solares podem suprir as necessidades energéticas locais.

Onde forem necessárias linhas de transmissão, elas devem ser colocadas acima da floresta. Os direitos de passagem dessas linhas podem ter efeito tão prejudicial quanto as rodovias, levando à colonização espontânea. Além disso, sua manutenção custa caro. Os sistemas de detecção disponíveis hoje possibilitam um serviço pontual de helicóptero sem direitos de passagem liberados; logo, teriam custo dramaticamente menor.

Os países da Amazônia, e em especial o Brasil, precisam de uma floresta sustentável. Isso requer elementos múltiplos, incluindo cidades sustentáveis. Uma infraestrutura verdadeiramente sustentável de transportes e energia seria parte integral e essencial dessa visão moderna.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/10/2018

Seção: Notas e informações

Autor:

Título: Decisão polêmica do TST

Em mais uma decisão polêmica, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) passou a permitir que os trabalhadores abram ações trabalhistas contra os empregadores na cidade em que residem, e não na cidade onde as empresas têm sede ou filial. Tomada por maioria de votos pela Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais (SDI-1), encarregada de uniformizar entendimentos e consolidar a jurisprudência da Justiça do Trabalho, a decisão causou perplexidade nos meios empresariais, uma vez que exigirá deslocamento de advogados, dificultando a defesa judicial das empresas e aumentando seus gastos com atividade-meio.

O caso julgado pela Corte – cuja atuação nos últimos meses tem sido de flagrante oposição à reforma trabalhista que entrou em vigor em novembro do ano passado – foi o de uma engenheira que trabalhou para uma empresa de energia durante a construção da Usina Belo Monte, em Altamira (PA). Depois de contratada no Rio de Janeiro, onde fica a sede dessa empresa e de ter trabalhado naquela cidade paraense, quando saiu do emprego, ela se mudou para Uberlândia (MG), onde ajuizou a ação trabalhista.

Segundo o artigo 651 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o trabalhador tem de entrar com a ação contra o empregador no local em que prestou serviço, independentemente de ter sido contratado em outra localidade. A singularidade do caso julgado pelo TST está no fato de que, como a empresa havia encerrado suas atividades em Altamira, a ação trabalhista deveria tramitar no Rio de Janeiro, onde fica sua sede.

Contudo, invocando o princípio constitucional do acesso à Justiça em favor dos trabalhadores, o TST "flexibilizou" – ou seja, interpretou criativamente – o artigo 651 da CLT. Apesar de não haver base jurídica para instituir como foro o domicílio da engenheira, a Corte autorizou que o processo tramitasse em Uberlândia. Alguns ministros se opuseram a essa "flexibilização", alegando que esse entendimento ia muito além do que a CLT estabelece, pondo em risco assim o direito de defesa da empresa. "A engenheira se mudou para Uberlândia, mas poderia ter se mudado para Honolulu ou para a China", afirmou o ministro Cláudio Brandão, recomendando que o TST não se afastasse do sentido literal da lei.

"O legislador foi sábio. Se fosse o Joaquim do armarinho em Altamira, como poderia responder a uma reclamação em Uberlândia? Se fosse uma microempresa, como é que faz? Como ficam o acesso à Justiça e o direito da empresa?", argumentou o ministro. Mas, apesar de sua sensatez, ele foi voto vencido, pois a maioria dos ministros entendeu que, se a ação impetrada pela engenheira tramitasse em Altamira ou no Rio de Janeiro, ela não teria condições de abrir o processo.

Essa não foi a primeira vez que o TST "flexibilizou" o artigo 651 da CLT, tornando incerto um texto que é claro e taxativo. Há três anos, o TST já havia entendido que, quando as empresas processadas por empregados atuam em todo o território nacional, elas não têm dificuldades financeiras e logísticas para se defender nas ações trabalhistas impetradas em outros municípios. Trata-se de

um entendimento equivocado, que colide com a função das leis trabalhistas e dos próprios dispositivos da Constituição nessa matéria, que é a de garantir um certo equilíbrio nos litígios entre empregados e empregadores.

Por mais generosa que a Justiça do Trabalho pretenda ser com os trabalhadores, ao permitir que estes possam abrir ações trabalhistas no município em que residem, a instituição compromete a igualdade processual entre as duas partes, gerando situações de incerteza e instabilidade para os empregadores. Esse é o problema da cada vez mais acintosa indisciplina da Justiça do Trabalho: ao "flexibilizar" as leis trabalhistas, favorecendo sistematicamente uma parte em detrimento da outra, seus magistrados se esquecem de que, onde impera a insegurança jurídica, as empresas não investem. E onde não há investimento, não há empregos – e, por consequência, não há trabalhadores. Só desempregados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/10/2018

Seção: Política

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Núcleo militar quer metade dos cargos na transição

Executivo. Grupo chefiado pelos generais da reserva Augusto Heleno e Oswaldo Ferreira envia lista de 25 nomes a Onyx Lorenzoni, que deve coordenar processo de troca de governo

Os diferentes grupos que assessoraram o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), durante a campanha começaram a definir a equipe que atuará na transição do governo. O chamado "grupo de Brasília", comandado pelos generais da reserva Augusto Heleno e Oswaldo Ferreira, já submeteu uma lista de 25 nomes ao deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que deve coordenar a transição. As outras indicações, segundo apurou o Estadão/Broadcast, serão feitas pela equipe econômica da campanha, que teve o economista e futuro ministro da Fazenda, Paulo Guedes, à frente, e pelo núcleo político.

Heleno já foi anunciado como futuro ministro da Defesa por Bolsonaro, enquanto Ferreira deverá ocupar alguma pasta na área de infraestrutura. O grupo chefiado pelos militares será responsável pela transição em áreas como saúde, segurança, infraestrutura, trabalho, meio ambiente, internacional, justiça e defesa. Entre os nomes indicados estão o do professor universitário Paulo Coutinho, para a área de ciência e tecnologia; do diretor do Instituto de

Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Alexandre Ywata, para meio ambiente; do consultor e coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Blumm, para saúde e defesa; e do tenente-coronel dos Bombeiros Paulo Roberto, para a educação.

São pessoas que já vinham se reunindo em um hotel em Brasília para assessorar a campanha de Bolsonaro – alguns em contato direto com o então candidato –, municiando estudos e projetos tocados pelo grupo de generais. Embora longe do núcleo mais próximo do candidato, o grupo formado pelo militares foi um dos pilares da campanha que elegeu Bolsonaro, dando respaldo para propostas em áreas como infraestrutura.

A ideia é que eles tomem pé da situação de cada ministério e comandem os grupos temáticos que atuarão no centro de transição, montado no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília. Coordenador da transição e já confirmado como futuro chefe da Casa Civil, Lorenzoni dará a palavra final sobre a lista dos nomes que ocuparão os 50 cargos disponíveis para a equipe de transição, com salários que variam de R\$ 2 mil a R\$ 16 mil. Os membros da equipe de transição devem tomar posse dois dias após serem indicados e ficam no cargo de forma temporária até dez dias após a posse do novo presidente da República.

Antes de assumir, passarão pelo crivo da área jurídica do Palácio do Planalto, que vai verificar se existe algum tipo de impedimento para nomeação em cargo público. Ontem, em entrevista no Palácio do Planalto, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que aguarda Lorenzoni para uma reunião amanhã em Brasília. Ele afirmou que o CCBB está pronto para receber a equipe de transição, assim que ela for indicada.

"O espaço para a transição já está perfeitamente instalado com móveis, computadores, recepção de prédio, segurança da Polícia Federal", disse. Padilha não descartou a possibilidade de a Força Nacional reforçar a segurança do prédio. No local, estão disponíveis 22 gabinetes para a equipe de transição, incluindo as duas salas especiais para o presidente e o vice-presidente eleitos, em áreas reservadas. Também serão oferecidas 78 posições de trabalho. Com 50 cargos disponíveis, a projeção da campanha é de que mais pessoas trabalhem como voluntários – são esperados cerca de 300 integrantes.

Serão nomeados apenas aqueles que precisam deixar outras funções no governo ou são peças-chave nas equipes. Os próprios generais da reserva, como Heleno e Ferreira, não deverão receber cargos na transição oficialmente.

Pastas. Em paralelo, os assessores aguardam decisões que caberão ao próprio presidente eleito, como o número efetivo de ministérios que serão mantidos. De acordo com fontes, a tendência hoje é de que Bolsonaro mantenha separado os ministérios dos Transportes e de Minas e energia. O candidato chegou a dizer

que as pastas seriam fundidas em um Ministério de Infraestrutura, mas a avaliação agora é de que isso dificultaria o dia a dia das áreas. Também hoje a expectativa é de que Bolsonaro não una os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, como chegou a anunciar.

O próprio presidente eleito disse na semana passada que a proposta pode ser revista. O grupo de Brasília também prepara as prioridades para os cem primeiros dias do próximo presidente. Na área de infraestrutura, por exemplo, a primeira ação será concluir obras como a da BR-163 e fazer estudos sobre a viabilidade de todas as obras paralisadas no governo. / COLABORARAM JULIA LINDNER e LÍGIA FORMENTI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/10/2018

Seção: Destaques

Autor: Fabiana Cambricoli, Paula Felix, Pepita Ortega

Título: Poluição mata 633 crianças por ano

Mortes são referentes a menores de 5 anos no Brasil; no mundo, óbitos chegaram a 543 mil somente em 2016, segundo a OMS

ESPECIAL PARA O ESTADO

Pelo menos 633 crianças menores de 5 anos morrem por ano no Brasil vítimas de complicações relacionadas à poluição, segundo levantamento divulgado ontem pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com dados de 2016. Em todo o mundo, o número de crianças dessa faixa etária vítimas do problema chega a 543 mil. Segundo a OMS, 93% das crianças e adolescentes do mundo (o equivalente a 1,8 bilhão de pessoas) respiram diariamente ar com nível de poluição capaz de colocar a saúde em risco.

As partículas tóxicas provocam ou agravam problemas respiratórios que, em alguns casos, podem ser fatais. Segundo especialistas, o impacto do ar de má qualidade tem início já na gestação, com o aumento da probabilidade de mulheres darem à luz prematuramente. "Desde o desenvolvimento fetal, a criança já sofre os efeitos da poluição. O poluente é muito nocivo para a saúde, porque o efeito não é só respiratório, é sistêmico, entra na árvore respiratória, chega ao alvéolo, onde tem a troca gasosa, e entra na circulação, causando efeitos nas artérias e no coração, principalmente.

Na gestação, leva a enfartes na parte circulatória da placenta, o que diminui o aporte do oxigênio, podendo causar partos prematuros e até morte fetal", explica a patologista clínica Evangelina de Araújo Vormittag, que é diretora de responsabilidade social da Associação Paulista de Medicina e diretora do Instituto Saúde e Sustentabilidade. Outro aspecto que prejudica nessa fase da vida, especialmente entre as crianças mais novas, é o fato de o sistema imunológico ainda estar em formação.

"Com isso, tem menos chances de se defender contra esse mal tóxico", afirma a médica. Doenças como alergias, asma, pneumonia e câncer infantil estão entre os problemas de saúde citados pela entidade que podem ter como causa o contato com os poluentes. Com 1 ano e 10 meses, Arthur já sente os efeitos nocivos da poluição. Diagnosticado com rinite alérgica, o menino, morador da zona leste da capital paulista, tem crises no período de clima seco, quando os poluentes ficam mais concentrados.

"Na última crise, o problema evoluiu para infecção na garganta e no ouvido. Ele teve de tomar antibiótico 15 dias", conta a mãe do menino, a advogada Monyse Tesser, de 32 anos. Independentemente do clima, a mãe estabeleceu uma rotina de cuidados para evitar complicações na saúde do filho. "Faço lavagem nasal duas vezes por dia nele. Temos inalador, vaporizador, tiramos tapetes de casa e não deixamos bichos de pelúcia no quarto dele."

Outros riscos. A exposição aos altos níveis de poluição também aumenta os riscos de doenças crônicas, como as cardiovasculares, e pode afetar o neurodesenvolvimento e as habilidades cognitivas. Segundo a OMS, peculiaridades das crianças fazem com que elas se tornem mais vulneráveis aos efeitos da poluição, como respirar mais rápido do que os adultos, fazendo com que a absorção de poluentes seja maior, e viver mais perto do chão, onde essas partículas se concentram. Isso em um momento em que seus cérebros e corpos estão em desenvolvimento.

O contato com a poluição dentro de casa, por meio de fogões a lenha e equipamentos de aquecimento e iluminação que utilizam combustíveis poluentes, como o querosene, foi lembrado pela entidade, que defende que sejam criadas políticas para que a população utilize tecnologias livres de poluentes para cozinhar, iluminar e aquecer suas casas.

"Claramente precisamos acelerar a mudança para fontes de energia mais limpas. Precisamos fazer com que a população tenha acesso a combustíveis limpos. Provavelmente o mundo precisa reduzir drasticamente a grande dependência de combustíveis fósseis", declarou ontem a diretora do Departamento de Saúde Pública da organização, Maria Neira.

Para proteger os filhos dos efeitos da poluição, as recomendações para os pais são evitar andar em casa com calçados usados na rua, umidificar o ambiente e hidratar as vias aéreas das crianças, segundo Marcelo Otsuka, infectologista pediátrico do Hospital Infantil Darcy Vargas, ligado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

"E o aleitamento materno é fundamental. É um dos grandes mecanismos de defesa na primeira infância, porque melhora a imunidade e ajuda no desenvolvimento da criança. Os pais também devem garantir uma dieta saudável, com alimentos de boa procedência e evitar os produtos industrializados." A OMS orienta que escolas e playgrounds sejam instalados longe de locais como vias movimentadas e fábricas.

Manifesto. Na semana passada, cerca de 30 mil médicos da Associação Paulista de Medicina lançaram o manifesto Um Minuto de Ar Limpo para abordar a necessidade de reduzir a poluição no ar para frear o aumento de doenças ligadas ao problema em São Paulo.

Os médicos demonstram preocupação com a saúde da população, pois, de acordo com uma projeção do Instituto Saúde e Sustentabilidade, se a poluição se mantiver a mesma deste ano até 2025, na região metropolitana de São Paulo, são estimadas 51.367 mortes e 31.812 internações públicas por doenças respiratórias, cardiovasculares e câncer de pulmão.

O documento brasileiro deverá ser apresentado hoje, durante a realização da primeira Conferência Global da OMS sobre Poluição do Ar e Saúde, em Genebra, na Suíça.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Gasolina tem ligeira queda

Depois de várias altas consecutivas, com a gasolina nos postos chegando a custar mais do que R\$ 5, o consumidor iniciou a semana com o combustível um pouco mais barato. Segundo levantamento realizado pelo Correio em 30 estabelecimentos, 26 reduziram o valor do litro em, pelo menos, R\$ 0,10. Mesmo pequena, a diferença pode contribuir para o fechamento das contas do mês.

A pesquisa garante economia grande para o motorista, pois, dependendo do posto, a gasolina pode custar de R\$ 4,60, em estabelecimento da Estrada Parque Taguatinga (EPTG), a R\$ 5,18, na Asa Norte. No entanto, mesmo com a diminuição de preços, os consumidores continuam insatisfeitos com o valor do derivado de petróleo.

Para reduzir as despesas, alguns usuários optam por abastecer com etanol. É o caso do polidor Givaldo Santos Vieira, 36 anos, que chegou a gastar R\$ 1.000 por mês com combustível. “É preciso ter muito dinheiro para ter carro hoje em dia. Eu gastava R\$ 250 por semana para poder rodar. Hoje, faço as contas e, quando vale a pena, abasteço com etanol. Chego a economizar em torno de R\$ 200”, disse.

Apesar de ter essa alternativa, Vieira defende que o preço seja menor. Ele reclama que, quando a Petrobras anuncia aumento para a gasolina, o álcool acaba subindo também. “Mais uma vez nós ficamos no prejuízo”, lamentou. “Esses reajustes deveriam ser mais transparentes, porque a gente sente que o consumidor sempre fica no prejuízo”, apontou.

Diminuição

De acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), não foi só no Distrito Federal que o preço da gasolina caiu. Segundo a pesquisa, o combustível também recuou em outros 15 estados, e o valor médio do derivado de petróleo foi de R\$ 4,725 para R\$ 4,720, queda de 40%. Em São Paulo, maior consumidor do país e com mais postos pesquisados, o litro da gasolina baixou 0,13% na semana passada, de R\$ 4,512 para R\$ 4,506, em média.

E, apesar de anunciar reajuste para hoje, a Petrobras manteve o preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, em R\$ 1,9855.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Miguel Setas: O caminho das reformas é inevitável

São Paulo — A vitória de Jair Bolsonaro nas urnas coloca um ponto final no período eleitoral turbulento que atrasou a retomada dos investimentos e afetou o avanço mais consistente da economia brasileira. E mais: a perspectiva de um novo governo abre caminho para que o país possa ter crescimento sustentável nos próximos anos. É o que afirma o português Miguel Setas, presidente da EDP Brasil, uma das maiores empresas privadas do setor elétrico do país. Nos seis primeiros meses de 2018, a receita líquida da companhia chegou a R\$ 6,090 bilhões, um salto expressivo de 24,7% ante o mesmo período do ano passado. Setas avalia que a agenda reformista iniciada pelo governo Michel Temer precisa ser mantida e usa o exemplo de Portugal, seu país natal, para mostrar que é possível superar graves crises a partir do zelo com as contas públicas.

O Brasil passou em 2018 por um processo eleitoral turbulento e cheio de incertezas. O que a empresa espera para os próximos anos?

A EDP está no Brasil há 23 anos, e o setor elétrico aqui é um setor regulado. Então, em todo esse tempo, nós mantivemos a perspectiva de olhar para o horizonte e fazer investimentos a longo prazo, para eles serem rentabilizados e consumados em 10, 20, 30 anos. Portanto, olhamos para este momento do país, que obviamente foi muito sensível, mas sempre com uma expectativa positiva.

De que forma o novo presidente pode atuar para melhorar o ambiente de negócios no país?

Nós vimos nos últimos anos uma estabilização do quadro macroeconômico. Você tem hoje a inflação dentro da meta do Banco Central, taxas de juros bem baixas e investimentos econômicos que já vêm dando sinais de recuperação. Esse quadro é muito favorável. Então, a preservação desse cenário é fundamental para que o país continue sua trajetória.

E qual deve ser a postura do governo a partir de 2019?

Precisa ter uma agenda de reformas estruturantes, como a da Previdência. Nossa expectativa é que o novo presidente venha com essa visão, de continuar o processo que o atual governo já começou a endereçar. Vimos, por exemplo, a questão da reforma trabalhista, que foi uma evolução muito positiva. Por isso, o país clama por essas reformas. Esse caminho é inevitável.

O mercado deve agir rapidamente à manutenção dessa agenda?

Sim. Acredito muito na forma em como o mercado responde aos desafios da economia. O empresariado brasileiro tem competência, dispõe de recursos e uma visão que, certamente, ajudará o Brasil a projetar-se na próxima década.

O Brasil passou por uma grave crise entre 2015 e 2016. Acredita que o país saiu mais fortalecido desse período de recessão?

Eu sou português, então o que vejo no Brasil em termos de capacidade de reação em uma crise é bem diferente daquilo que se passa em um país europeu. O Brasil consegue rapidamente inverter um ciclo recessivo. Em momentos em que a capacidade instalada está ociosa, essa inversão acaba por ser instantânea, porque a capacidade está lá, basta um estímulo para ser utilizada pelo setor produtivo. Hoje, já estamos em um ciclo claramente de inversão dessa crise. Os números mostram isso. Acho que a consolidação do cenário econômico pós-eleição vai trazer as condições para que essa recuperação seja estabilizada e o país possa ter um 2019 mais consistente.

Portugal também passou por uma profunda crise econômica e hoje é exemplo de crescimento sustentável e de inovação. Como o país conseguiu virar o jogo?

Não há uma única explicação para essa recuperação. O país começou por fazer um dever de casa, com medidas de austeridade. Era um momento em que a dívida pública era expressiva e os gastos do governo precisavam ser contidos. Foi preciso dar uma racionalidade econômica. Esse momento permitiu equilibrar as contas, colocar ordem na casa e, a partir daí, iniciar um ciclo de crescimento que passa por setores concretos.

O que faz Portugal ter hoje um crescimento sustentável?

O turismo, como sabemos, é um setor que alavanca o crescimento do país. A inovação também. Lisboa, em particular, tornou-se um hub de startups, que trazem ao país mais talentos e novos investimentos. Isso ajudou muito a alavancar a economia portuguesa. Houve uma conjugação de vários fatores, que começou com um dever de casa, uma reorganização econômica e culminou no crescimento.

O que Portugal fez que poderia ser replicado no Brasil?

É importante não deixar a visão reformista que foi abordada pelo governo Michel Temer. Essas reformas já iniciadas são cruciais para criar o ambiente certo para que o crescimento esteja pavimentado.

Você está no Brasil desde 2008. O olhar estrangeiro é mais otimista do que o do empresário brasileiro?

Como estrangeiro, naturalmente olho para o que se passa no Brasil com um pouco mais de distanciamento que meus amigos nativos. Então, ao longo desses anos aqui, aprendi a não ficar tão entusiasmado com os momentos de otimismo nem tão deprimido com os momentos de pessimismo. Tenho uma visão mais estável. Acho que o país tem capacidade para ser uma grande potência. Por sua dimensão geográfica, demográfica e recursos naturais, o Brasil não tem como não ser uma grande potência mundial.

No setor elétrico, uma das principais discussões é sobre a privatização da Eletrobras, que está em tramitação no Congresso. Você acredita que esse processo pode ser finalizado ainda em 2018?

Vai depender, naturalmente, do ambiente político e econômico. É um calendário desafiador. Temos acompanhado com muita atenção todo esse processo, com as primeiras distribuidoras do grupo que já foram privatizadas. Creio que foi um passo muito significativo que o Wilson Ferreira Júnior (presidente da estatal) conseguiu realizar. Acho que a empresa vai se concentrar nesse momento na venda das distribuidoras, e depois há todo um conjunto de veículos específicos na área de transmissão e na área de geração eólica. São empresas nas quais a Eletrobras tendencialmente é minoritária e quer vender suas participações. Há um calendário, que começou com a distribuição, agora vai para a transmissão e geração eólica, e que no final, culminará com a privatização do grupo como um todo.

O que a privatização da Eletrobras deve representar para o mercado?

Em primeira mão, ela vem endereçar uma questão de sustentabilidade econômica do maior grupo elétrico brasileiro. Não podemos esquecer que a maior parte da transmissão ainda está nas mãos da Eletrobras, que grande parte da geração ainda é pública e pertence às empresas do grupo. A distribuição, como vimos, está sendo privatizada. Mas o grupo Eletrobras tem uma importância extrema daquilo que é o setor. Portanto, essa privatização vem resolver uma questão de sustentabilidade econômica e trazer sinais de eficiência para o setor como um todo.

Falando sobre inovação. A EDP recentemente inaugurou pontos para recarga de carros elétricos na Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Quando esses veículos devem ser populares nas ruas do país?

O carro elétrico é uma tendência inexorável no mundo todo e nós, com esse projeto de construir um corredor elétrico, estamos trazendo esse conceito para o Brasil e chamando a atenção para a importância dessa nova tecnologia. Hoje, temos 3,5 mil veículos no país, que ainda é uma frota muito limitada. Temos uma estimativa de multiplicar por 100 e chegar aos 350 mil veículos nos próximos 10 a 15 anos.

Então ainda será um processo lento...

Talvez com um avanço mais rápido em frotas de empresas, no transporte público, em companhias de táxi e em iniciativas de compartilhamento de automóveis, o processo seja acelerado um pouco mais. Há um conjunto de entidades e clientes que já tem um potencial muito grande. Nós estamos sendo demandados por grandes corporações que querem transformar suas frotas em verdes e querem fazer investimentos em energia solar e no carro elétrico. Querem instalar energia solar nas suas sedes e, associado a isso, abastecer o carro elétrico com energia solar. É um mercado que terá um desenvolvimento rápido, mas vai precisar ganhar mais massa crítica no longo prazo.

Em termos de infraestrutura, o Brasil está preparado?

Temos de considerar várias situações para o desenvolvimento da infraestrutura. Se o mercado prioritário for o desenvolvimento das frotas das empresas privadas, é preciso que existam pontos de recarga rápida nas instalações dos clientes. O primeiro desafio vai ser dotar esses polos, essas áreas onde vai ser necessário fazer o carregamento. Depois é preciso que as empresas de distribuição também adéquem suas próprias redes, já que elas vão ter uma demanda maior nesses pontos. Julgo que vamos ter tempo para ir, gradualmente, preparando nossa infraestrutura.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Francisco Góes**Título: BNDES devolverá ao Tesouro R\$ 103 bi nos próximos 4 anos**

A renegociação dos passivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o Tesouro Nacional vai garantir ao governo de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022, o recebimento de R\$ 102,8 bilhões para abatimento da dívida pública.

Serão R\$ 26,6 bilhões em 2019; R\$ 26 bilhões, em 2020; R\$ 25,4 bilhões em 2021 e R\$ 24,8 bilhões, em 2022. Os números fazem parte de um estudo do BNDES que analisa o acordo acertado este ano entre o banco e o Tesouro Nacional.

Esse acordo antecipou em 20 anos - de 2060 para 2040 - o vencimento da dívida do banco com a União, que ainda tem um saldo remanescente a receber de R\$ 258,7 bilhões. Até a renegociação realizada em 2018 a previsão era de que a instituição de fomento devolvesse apenas R\$ 18 bilhões nos primeiros quatro anos, até 2022. Não haveria pagamentos em 2019 e os valores seriam de R\$ 4,7 bilhões em 2020; de R\$ 6,5 bilhões em 2021; e de R\$ 6,8 bilhões em 2022, para citar os anos relativos ao novo governo que assume em janeiro.

Agora o maior volume de pagamentos nos primeiros anos do novo acordo é importante uma vez que a situação fiscal do governo continua preocupante, como mostra o estudo do banco, intitulado "A renegociação da dívida do BNDES com o Tesouro: antecedentes, motivação e desdobramentos", assinado pelos economistas Guilherme Tinoco, Fabio Giambiagi, Julio Leite, Arthur Nunes e Felipe Provençano. O trabalho afirma que o setor público vai exibir déficit primário pelo quinto ano consecutivo. Em julho, a dívida bruta do governo geral bateu o recorde da série histórica ao atingir 77,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os economistas do BNDES dizem no estudo que projeções de mercado indicam que logo essa dívida poderia ultrapassar a barreira dos 80% do PIB. Eles afirmam ainda que os recursos das devoluções antecipadas do BNDES ao Tesouro somente podem ser usados para abatimento da dívida pública, nos termos definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2016.

Entre fins de 2015 e agosto de 2018, o BNDES devolveu de forma antecipada ao Tesouro R\$ 309 bilhões, o que faz com que a contribuição do banco para a redução da dívida bruta do governo alcance o equivalente a 5% do PIB, sempre de acordo com o estudo.

Depois dos pagamentos feitos até o momento, o saldo da dívida do BNDES com o Tesouro situa-se em de R\$ 258,7 bilhões, segundo mostra o estudo do banco com base em dados de agosto da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa dívida envolve três contratos de financiamento, sendo que dois deles estão sendo "unificados".

Os montantes da dívida já quitados - os R\$ 309 bilhões - seriam consistentes com a preservação dos fluxos de desembolsos do BNDES na faixa de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), algo que deve ocorrer em 2018, quando se prevê que o BNDES empreste na faixa de R\$ 70 bilhões.

Esse percentual pode dobrar em 2019, para 2%, dependendo da demanda, pois o banco tem sobra de caixa. Para a frente, porém, a questão é a sustentabilidade desse número. "A partir de 2020, teremos que fazer um esforço de mercado para chegar a 2% do PIB [em termos de desembolsos]", disse fonte graduada do BNDES.

A questão é que hoje, face à crise fiscal, é improvável que o banco volte a receber recursos do Tesouro para atender a um eventual crescimento da demanda do setor produtivo. Para um interlocutor, caso a demanda por recursos cresça, o banco terá que viabilizar outras fontes de captação. Em 2018, o BNDES fez emissão de letras financeiras e, olhando para o futuro, o banco tem uma carteira de ativos que pode ser monetizada, além de ter espaço para fazer operações de securitização.

Outra pergunta que se coloca é se o novo governo pode buscar acelerar ainda mais o fluxo de pagamentos do banco ao Tesouro. No entender de especialistas, essa é uma questão que vai depender dos cenários de retomada da economia.

Uma eventual reabertura do acordo de devolução com o Tesouro está vinculada a uma avaliação que terá de ser feita pelas partes no decorrer do processo, dizem fontes. Caso o contrato acertado entre o BNDES e o Tesouro seja cumprido conforme negociado em 2018, os números de pagamento devem ser muito semelhantes aos previstos no estudo do BNDES.

Mas se o governo quiser acelerar a devolução para liquidar a dívida antes, em 2025 ou 2030, por exemplo, será preciso que o banco e o seu controlador voltem a sentar à mesa para discutir o assunto. Hoje está claro que a renegociação acertada com o Tesouro acelera, por um lado, a queda no saldo da dívida remanescente na carteira do BNDES. E, por outro lado, contribui para a redução do estoque da dívida bruta do governo central.

Fabio Giambiagi, um dos autores do estudo, considera que a renegociação da dívida foi fruto de uma convergência de interesses e de uma mútua

conveniência, tanto para o BNDES como para o Tesouro Nacional. Giambiagi avalia ainda que o acordo entre BNDES e Tesouro se insere no contexto de uma economia mais "saudável" no fim de 2018 no qual o banco está mais adaptado a essa nova configuração econômica do país, de juros mais baixos e inflação contida.

No estudo, os economistas analisam o contexto no qual se deram os repasses bilionários do Tesouro ao BNDES, e dividem essa história em quatro etapas. A primeira se dá entre 2008 e 2014, quando a soma dos empréstimos do Tesouro ao banco alcança R\$ 416 bilhões, valores que corrigidos chegam a R\$ 500 bilhões.

Os repasses maciços de recursos ao banco tiveram o objetivo de aliviar as restrições de crédito a partir de 2008, ano da crise financeira mundial, e permitiram ao banco fazer política "contracíclica" para reativar a economia. O tamanho da dose mostrou-se exagerada, como provou-se depois.

A segunda fase, a partir da recessão iniciada em 2015, levou à interrupção de novos empréstimos do Tesouro ao banco. A terceira foi a etapa de pagamentos intensos do BNDES ao controlador, que começaram no fim de 2015 e se intensificaram entre 2016 e 2018, totalizando R\$ 309 bilhões em valores correntes, incluindo os R\$ 130 bilhões pagos em 2018.

Por fim, depois dessa fase de pré-pagamentos, o status da dívida remanescente do banco com o Tesouro indicava um caminho mais suave até 2060, mas houve nova renegociação que resultou em acordo antecipando o prazo final da dívida em 20 anos, para 2040.

O pagamento antecipado da dívida enfrentou, porém, resistências, sobretudo na gestão de Paulo Rabello de Castro no BNDES. A questão é que havia demandas superpostas - do Tesouro, do FAT e do PIS/Pasep - que o banco não podia atender. Mesmo quando foi definido o valor de devolução de R\$ 180 bilhões somente ao Tesouro, sendo R\$ 50 bilhões em 2017 e R\$ 130 bilhões em 2018, o BNDES, na época, não dispunha de todo esse dinheiro em caixa, segundo fonte próxima das discussões.

Por outro lado, o fato de a recuperação da economia não ter se materializado, se refletindo em queda dos empréstimos do BNDES às empresas, permitiu a devolução antecipada no montante pretendido pelo controlador. Um técnico do banco afirmou que, caso o banco não tivesse devolvido os R\$ 309 bilhões, teria hoje uma tesouraria próxima da carteira de crédito, que é a principal razão de ser do banco.

O BNDES trabalha com uma tesouraria mínima de três meses para cobrir toda a saída de caixa, incluindo desembolsos, pagamentos de despesas de capital e juros, salários e dividendos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/10/2018****Seção: Brasil****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito****Título: Setor elétrico defende mais nomes técnicos no governo Bolsonaro**

A já esperada vitória de Jair Bolsonaro (PSL) na disputa pela Presidência da República foi bem-recebida entre as principais lideranças do setor elétrico, devido ao discurso liberal e favorável à expansão do mercado livre de seus principais assessores. A expectativa é que o novo governo defina o mais rapidamente possível o titular do Ministério de Minas e Energia (MME), cumprindo a promessa de priorizar nomes técnicos, dos quais alguns vêm sendo ventilados no mercado.

É o caso do ex-ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho, deputado federal reeleito pelo DEM de Pernambuco. O atual titular da Fazenda, Eduardo Guardia, também é defendido por especialistas, devido ao seu perfil técnico. O ministro atuou intensamente na modelagem da privatização da Eletrobras.

Para uma fonte do setor elétrico com interlocução com a equipe de energia de Bolsonaro, antes de o novo governo escolher o nome do novo ministro de Minas e Energia, ele precisa definir qual será o perfil da pasta. "Precisamos saber em que esfera de influência estará o Ministério de Minas e Energia", disse ele, acrescentando que a pasta pode ficar na esfera da área econômica, que está sendo desenhada por Paulo Guedes, ou na área militar, sob influência do general da reserva Augusto Heleno.

"O mercado de energia afeta um conjunto de agentes privados muito importantes. E o governo precisará atrair muito capital privado. E o setor de energia pode ajudar muito o governo na área fiscal, com os leilões petrolíferos e privatizações do setor elétrico. O setor de energia se aproxima mais da esfera de mercado do que da de infraestrutura", disse ele, acrescentando que o setor de transportes (portos e aeroportos) poderia ficar na esfera militar, mas que a energia seria ideal que ficasse mais ligada à área econômica.

"Da mesma forma que não se especula um general para o Banco Central, o setor elétrico deve estar mais na órbita do Paulo Guedes", completou.

Outros nomes citados por especialistas são o deputados federais José Carlos Aleluia (DEM-BA), que não foi reeleito, e Leonardo Quintão (MDB-MG), que também saiu derrotado e já chegou inclusive a participar de reuniões com Bolsonaro e empresários.

Além da nomeação de uma equipe "técnica e competente", o novo governo precisa manter o Ministério de Minas e Energia como uma pasta separada, à despeito de rumores de que o governo Bolsonaro deseja incluir o setor em um Ministério de Infraestrutura a ser criado, disse Élbis Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

O fundamental para o sucesso do governo no setor de energia, segundo ela, é formar uma equipe técnica, que conheça o assunto e "tenha capacidade de lidar com as dificuldades do setor".

A descentralização do setor elétrico também deve ser uma prioridade, de acordo com a avaliação de Edvaldo Santana, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Outros temas envolvem liberação do mercado livre e aumento da eficiência. "Se as coisas andarem nessa direção, elas estarão em um bom caminho", disse Santana.

Entre os temas urgentes, outro destaque é a judicialização do GSF. "Esperamos que a judicialização do setor seja tratada com mais urgência", disse Carlos Baccan, sócio da Focus Energia, especializada em comercialização de energia.

A aposta do setor é que o governo Bolsonaro vai manter o diálogo aberto, possibilitando melhoria do ambiente de negócios. "O setor elétrico brasileiro tem as melhores expectativas em relação ao novo governo de Jair Bolsonaro, por várias razões. Primeiro, a disposição para o diálogo foi demonstrada em duas reuniões, uma com o general [Oswaldo] Ferreira [um dos coordenadores do programa de Bolsonaro na área de infraestrutura] e outra com o professor Luciano de Castro [especialista da área de energia do programa de Bolsonaro]. E a segunda foi o anúncio feito pelo próprio Luciano de Castro de um setor mais voltado para o mercado", disse o presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), Mário Menel.

Segundo Menel, Castro sugeriu uma abertura do mercado de energia brasileiro mais rápida que aquela proposta pelo Ministério de Minas e Energia durante o governo de Michel Temer.

O presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, afirmou que a expectativa das distribuidoras de energia com o novo governo é por um ambiente de negócios pautado pelo respeito aos contratos e pela busca da modicidade tarifária e redução dos subsídios na tarifa de energia. "Desejamos sucesso ao novo governo e desejamos que sejam cumpridas as promessas que faziam parte do programa de governo. Estamos à disposição para colaborar com um ambiente de negócios que seja propício para o mercado funcionar na sua plenitude", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/10/2018****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho, Carla Araújo, Edna Simão e Rafael Bitencourt****Título: Preço do diesel nas refinarias cai até 10,4% e governo avalia cortar auxílio**

Os preços de comercialização do diesel cairão entre 9,62% e 10,44% a partir de hoje, a depender da região. Válidos até 28 de novembro, os novos preços para o litro do derivado foram divulgados ontem pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), enquanto o governo avalia formas de retirar gradualmente as subvenções, aproveitando-se sobretudo da desvalorização do dólar ante o real.

O preço de comercialização é o valor máximo que as refinarias e os importadores podem cobrar das distribuidoras pelo litro do derivado, se quiserem ser ressarcidos pelos subsídios praticados desde junho. O programa de subvenção foi uma resposta do governo, dentro de um acordo para encerrar a greve dos caminhoneiros de maio.

A queda nos preços de comercialização em novembro de R\$ 0,23 a R\$ 0,24 o litro veio em linha com as expectativas do mercado. A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) estimava uma queda de R\$ 0,23, e o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) via potencial para uma retração de R\$ 0,20 a R\$ 0,25 no litro.

Segundo o diretor do CBIE, Adriano Pires, o governo errou ao repassar integralmente o impacto da queda do dólar para os preços. O economista conta que havia a expectativa de que os preços fossem mantidos, para aproveitar o momento favorável do câmbio para preparar uma transição para o fim do programa.

"Se o governo não reajustasse agora, diminuiria a defasagem entre os preços subsidiados dentro do país e os preços internacionais no futuro, já que a tendência é que os eles subam no fim do ano no mercado internacional. Assim, em 1º de janeiro, o aumento nos preços seria mais suave. O governo desperdiçou uma boa oportunidade de criar um ambiente de transição para o próximo mandato", comentou.

O governo federal avalia formas de retirar gradualmente as subvenções ao diesel, aproveitando-se sobretudo da desvalorização do dólar ante o real.

O Valor apurou, contudo, que o decreto que promete reduzir paulatinamente o subsídio não deve sair mais nesta semana, conforme o previsto, disseram duas fontes do governo envolvidas nas discussões. Uma das fontes informou que a mudança pretendida talvez "não seja positiva para os compromissos que o governo assumiu".

A minuta foi concluída por técnicos dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, mas segue em análise jurídica na Casa Civil, sem data para publicação.

A regra em vigor estabelece a subvenção de até R\$ 0,30 por litro até o fim do ano, o que garante o desconto prometido aos caminhoneiros de R\$ 0,46 por litro. A diferença de R\$ 0,16 entre a subvenção e o desconto vem do abatimento nas cobranças de Cide e PIS/Cofins.

Originalmente, o governo limitou até R\$ 9,5 bilhões o custo com o programa de subvenção até o fim do ano. A expectativa, no entanto, é que esse montante seja menor que o esperado, principalmente se confirmada a edição do novo decreto que estabelece a redução gradual dos subsídios. Até o momento, a ANP já aprovou o desembolso de R\$ 2,57 bilhões às empresas habilitadas no programa.

Segundo a nova tabela, divulgada ontem pela ANP, o preço de comercialização do diesel na região Sudeste, o maior mercado consumidor do país, foi reduzido em 9,95%, para R\$ 2,1523 o litro. A principal queda (-10,44%) foi registrada no Nordeste (mais o Tocantins), para R\$ 2,0780. Já a menor retração (-9,62%) foi registrada no Centro Oeste, para R\$ 2,2340. No Sul, o preço foi reduzido em 10,02%, para R\$ 2,1359, enquanto na região Norte a queda foi de 10,42%, para R\$ 2,0510.

Os preços de comercialização tomam como base os de referência - que seguem a cotação internacional e servem de parâmetro para se calcular quanto o governo deve a cada empresa. Pelo programa de subvenção, os preços de comercialização ficam R\$ 0,30 abaixo dos preços de referência.

A principal contribuição para a redução dos preços veio do dólar, que caiu cerca de 8,2% entre setembro e outubro (considerando-se a cotação média da moeda americana até ontem).

Adriano Pires destaca que a queda dos preços não deve chegar imediatamente nas bombas.

"Os postos trabalham com estoques que foram comprados ao longo do mês, quando os preços eram outros", disse.

Segundo o presidente da Abicom, Sérgio Araújo, as importações de diesel seguem zeradas entre as nove associadas da entidade. O executivo lembra que a fórmula de cálculo dos preços de referência ainda não considera todos os custos de frete e a margem necessária para a internalização do produto, o que tem inviabilizado as importações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt

Título: Eleito avalia 'vale-gás' em lugar de subsídio

A equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro estuda uma proposta para reduzir pela metade o preço do gás de cozinha para a população mais pobre. O plano em análise se baseia na criação de um "vale-gás" destinado às 8,7 milhões de famílias de baixa renda que já são contempladas pela tarifa social de energia elétrica.

O economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) e autor da proposta, garante que o desconto de 50% teria impacto zero nas finanças públicas e no caixa da Petrobras. Segundo ele, a estatal gasta hoje em torno de R\$ 8 bilhões por ano com subvenções ao botijão de 13 quilos (o mais usado nas residências), cujo preço médio nacional fica em R\$ 65.

A ideia é eliminar esse subsídio, o que levaria o botijão a R\$ 80, e então aplicar o "vale-gás" para as famílias já beneficiadas pela tarifa social. Pires estima que, assim, não haverá elevação do dispêndio da Petrobras. Ele considera que essa proposta, com a distribuição de um cartão mensal, representa uma política pública mais focalizada. Na prática, consumidores que não precisam de subsídios vão sustentar o gás de cozinha mais barato para a população de baixa renda, que pagaria R\$ 40 pelo botijão de gás.

A proposta foi levada por Pires como parte de um diagnóstico mais amplo do setor elétrico e da área de petróleo e gás, que foi levado à residência do então candidato Bolsonaro, na semana passada. A ideia do "vale-gás", segundo apurou o Valor, tem boa aceitação no entorno do capitão reformado e está sendo avaliada.

Para ser contemplado com a tarifa social de energia elétrica, pelo menos um de três requisitos devem ser preenchidos: 1) família inscrita no cadastro único para

programas sociais do governo federal, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; 2) quem recebe o benefício de prestação continuada da Previdência Social; 3) família inscrita no cadastro único com renda mensal de até três salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento médico ou terapêutico dependa de aparelhos elétricos.

A proposta é diferente da feita pelo candidato Fernando Haddad (PT). O petista se comprometeu a baixar o botijão para R\$ 49 no dia 1º de janeiro. Como seria uma redução horizontal, Pires calcula que o subsídio da Petrobras atingiria R\$ 16 bilhões ao ano nesse cenário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Paula Selmi

Título: Privatizações no governo Bolsonaro podem gerar até R\$ 170 bi, diz S&P

As empresas com chances de privatização no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) podem gerar cerca de R\$ 120 a R\$ 170 bilhões para a União reduzir a dívida soberana, estima a agência de classificação de risco S&P Global Rating."

A questão continua sendo como o governo vai atrair investidores privados para comprar esses ativos e impulsionar os planos de infraestrutura, considerando um oleoduto mal planejado e projetos não finalizados."

Bolsonaro disse recentemente que não pretende privatizar os ativos de geração de energia da Petrobras ou Eletrobras devido à importância estratégica para segurança energética.

Segundo ele, porém, há várias empresas estatais, como Companhia Nacional de Abastecimento, Valec Engenharia e Empresa de Planejamento e Logística, que podem ser privatizadas.

Sobre a Petrobras, em especial, a agência acredita que o novo governo acelerará o processo de desalavancagem por meio da venda de ativos não essenciais. A privatização total da petrolífera, no entanto, está descartada.

"A potencial venda de vários ativos de refinaria pode contribuir para um mercado de refino mais competitivo no Brasil e com menos distorções, mas o apetite por esses ativos dependerá de um menor grau de interferência do governo na dinâmica dos preços de combustível", afirmou a S&P.

De fato, a maior incerteza sobre a Petrobras e o setor de petróleo e gás no Brasil é a continuidade e sustentabilidade de uma política de autorregulação das empresas para os preços de combustíveis.

"Na nossa opinião, quanto mais perto os preços de combustível ficarem das cotações internacionais, melhor para o rating da Petrobras e para o setor em geral", avaliou a agência.

Por último, a S&P afirma que os planos de Bolsonaro em tributar dividendos e reduzir impostos podem motivar um aumento nos investimentos nas empresas brasileiras, embora tais medidas possam encontrar resistência política.

Segundo a agência, a trajetória internacional de alta nas taxas de juros e a demanda de investidores por ativos mais arriscados em mercados emergentes - especialmente no Brasil - contrasta com a queda no juros nacional.

"Isso deixa um espaço para os empréstimos corporativos começarem a crescer. Acreditamos que os empréstimos domésticos aumentem sua participação no total de recursos de financiamentos no médio prazo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro

Título: Nexa aguarda licença para iniciar projeto Aripuanã

A mineradora Nexa Resources, ex- Votorantim Metais, aguarda para os próximos 30 a 45 dias a aprovação da licença ambiental de instalação e, assim, dar partida na montagem do Projeto Aripuanã, localizado no noroeste do Estado de Mato Grosso. A emissão da LI está a cargo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), que concedeu a licença prévia (LP) em abril. A mina, de classe polimetálica, vai produzir zinco, chumbo, cobre, prata e ouro.

O empreendimento já teve o sinal verde do conselho de administração da empresa há dez dias. São previstos 26 meses de obras, a partir de quando

receber a LI, podendo iniciar a produção no primeiro trimestre de 2021. O investimento orçado pela companhia é de US\$ 392 milhões (o correspondente a R\$ 1,45 bilhão ao câmbio de ontem), um dos maiores do plano de expansão da Nexa, que abriu o capital em 2017 nas bolsas de Nova York e de Toronto. A empresa tem outros seis ou sete no "pipeline" no Brasil e Peru.

Em zinco equivalente, o volume anual a ser produzido na mina de Aripuanã - que fica na Serra do Expedito, distante 25 km do centro da cidade - será de 120 mil toneladas equivalentes de zinco - 66,7 mil toneladas especificamente desse metal, 23 mil de chumbo, 3,7 mil de cobre, 1,87 milhão de onças troy (31,1 gramas por onça) de prata e 13 mil onças troy de ouro.

"O primeiro passo, que era a aprovação do empreendimento pelo conselho da empresa, já foi dado", disse Valdecir Botassini, vice-presidente de desenvolvimento e execução de projetos, ao Valor. "Estamos prontos para dar partida à instalação do projeto", afirmou o executivo.

Esse projeto é importante na estratégia da Nexa, pois amplia o volume de concentrado que a empresa precisa para abastecer suas linhas de produção do metal. As 67 mil toneladas de zinco em concentrado vão responder por 28% do que a mineradora tem de comprar atualmente de terceiros.

A capacidade instalada de produção de zinco metálico é de 640 mil toneladas ao ano. No ano passado, a empresa produziu 572 mil toneladas equivalentes de zinco - considerando os demais metais extraídos como subprodutos nas minas do Brasil e Peru.

Em recente conversa com o Valor, o presidente da empresa, Tito Martins, afirmou que a empresa trabalha, de forma conservadora, no cenário de preços internacionais para o zinco, cotado na Bolsa de Metais de Londres (LME) "Utilizamos o consenso de mercado, que hoje é de US\$ 2.450 a tonelada". Na LME, na sexta-feira, a cotação do metal, contrato de três meses, foi de US\$ 2.654. No fim do ano passado valia US\$ 3.288 a tonelada.

A reserva de Aripuanã, que começou a ser estudada no início dos anos de 1990, contém, hoje, uma quantia de minério medida suficiente para 13 anos de exploração ao ritmo de extração de 2,3 milhões de toneladas ao ano. Segundo o executivo, há mais reservas inferidas e indicadas que poderão ampliar a vida útil da mina em pelo menos outros seis anos, com teores até maiores de metal.

A lavra da mina será subterrânea, com até 650 metros de profundidade e com extração em galerias. Ao lado será montada uma unidade de beneficiamento para fazer a concentração do minério em teores padronizados para cada tipo.

Os concentrados obtidos serão destinados para transformação em linhas de metalurgia, da empresa ou de clientes, de onde sairão os cinco tipos de metais.

Zinco, cobre, prata, ouro e chumbo devem viajar mais de 2,5 mil km, em caminhões e trens, até as usinas de metalurgia

Os três tipos de concentrado de minério - de zinco, chumbo, com prata, e de cobre, com ouro - que sairão de Aripuaná serão escoados, numa parte do trajeto de destino, por caminhão. A distância do município até a capital Cuiabá é de 935 quilômetros. Mais à frente, em Rondonópolis, vão ser embarcados em trens ferroviários, até Três Marias ou Juiz de Fora (MG), onde a empresa tem instalações de metalurgia de zinco. E parte viajar 2.660 quilômetros até o porto de Santos, para embarque ao exterior.

"Vamos operar com uma tecnologia de meio ambiente moderna. Não teremos barragem de lama. Será deposição a seco dos resíduos do beneficiamento", disse Botassini. Segundo o executivo, a água que for usada no processo será 100% recirculada.

Na fase de implantação do projeto serão gerados 1.600 empregos. Na operação estão previstos 750 funcionários próprios.

A Nexa se destaca como a segunda maior empresa, em receita, do grupo Votorantim, que manteve o controle da empresa após a abertura de capital. Só perde para a Votorantim Cimentos. Em 2017, a mineradora obteve receita líquida de US\$ 2,5 bilhões, o equivalente a R\$ 8 bilhões.

A mineradora é líder na produção de zinco na América Latina e se posiciona entre as cinco principais do mundo. Está no time de Glencore e Teck. No IPO, a Nexa vendeu 25% do capital por US\$ 570 milhões. O grupo Votorantim ficou com 64%, e a gestão. Investidores peruanos continuaram com 11%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2018

Seção: Finanças

Autor: Silva Rosa

Título: Bônus da Eletrobras sobe após 2º turno

Os bônus brasileiros fecharam perto da estabilidade ontem após o resultado do segundo turno das eleições. Como a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) já era

esperada e já estava, em boa parte, refletida no preço dos ativos, o movimento nos papéis brasileiros foi mais modesto do que o verificado após o primeiro turno, com os investidores aproveitando a confirmação do fato para realizar parte dos lucros com essas posições.

Os papéis brasileiros chegaram a subir ontem no início do dia, mas perderam força com a reversão da alta do CDS (Credit Default Swap) do Brasil, que reflete o risco de calotes dos países. O CDS de cinco anos do Brasil, que fechou sexta-feira em 207 pontos-base, chegou a cair para 190 pontos, mas reverteu a queda e subiu para 209 pontos, acompanhando o movimento dos ativos locais.

Pesou sobre o desempenho dos ativos brasileiros a piora do cenário externo, tanto com a queda das bolsas americanas quanto com a afirmação do presidente eleito do México, Andres Manuel López Obrador, de que seu governo seguirá os resultados de um referendo em que os eleitores pediram a retomada do novo aeroporto da Cidade do México. Isso acabou afetando o apetite para outros ativos de mercados emergentes, afirmou um gestor de bônus.

O bônus soberano do Brasil para 2028 fechou estável. Já o papel da Eletrobras para 2021 subiu 0,50 ponto, refletindo a perspectiva da adoção de um plano de privatização no novo governo.

MME / ASCOM .